



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 368/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00265 - PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico

**UNIDADE:** Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita informação acerca de qual é o prazo de validade do Parecer Jurídico Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021. Atendimento adequado. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 368/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, a Autarquia informou que não há prazo limite de validade do Parecer CJ/CEETEPS nº 88/2021. Informou ainda que referido Parecer Jurídico foi elaborado após consulta realizada junto à Consultoria Jurídica do órgão questionando sobre os procedimentos a serem adotados no Sistema de Informações ao Cidadão - SIC, do CEETESP, em virtude das demandas protocoladas de forma reiterada pelo Senhor Danilo Antônio Amaral. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o respondeu adequadamente a pergunta do interessado.
4. Cabe salientar, que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio suporte ou formato”*. (Referências: 1 - Parecer CGU nº 1654, de 12 de maio de 2014,

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 18/11/2022 às 17:50:48.

CGEDES202204886A

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorridos: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S; 2 – Art. 13, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012).
5. Considerando que o ente respondeu adequadamente a pergunta formulada pelo interessado, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com base na legislação vigente que trata da matéria, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
  6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de novembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público